

1ª quinzena de fevereiro de 2000

AD
VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 55

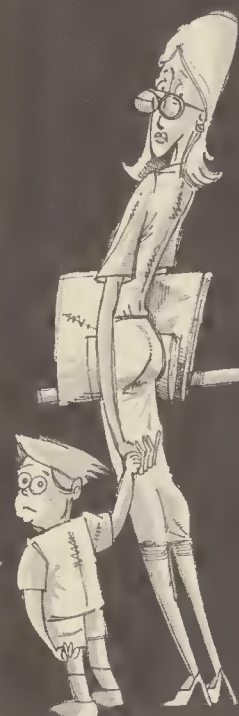
O desemprego muda de perfil e já atinge todas as camadas sociais, sem distinção. No entanto, um grupo está particularmente ameaçado. É o formado por mulheres, chefes de família, com mais de 40 anos e mais de oito anos de escolaridade. Para estas pessoas, está mais difícil encontrar uma vaga do que para trabalhadores que têm menos de um ano de escolaridade. É o que aponta uma pesquisa realizada pela Universidade de Campinas (Unicamp).

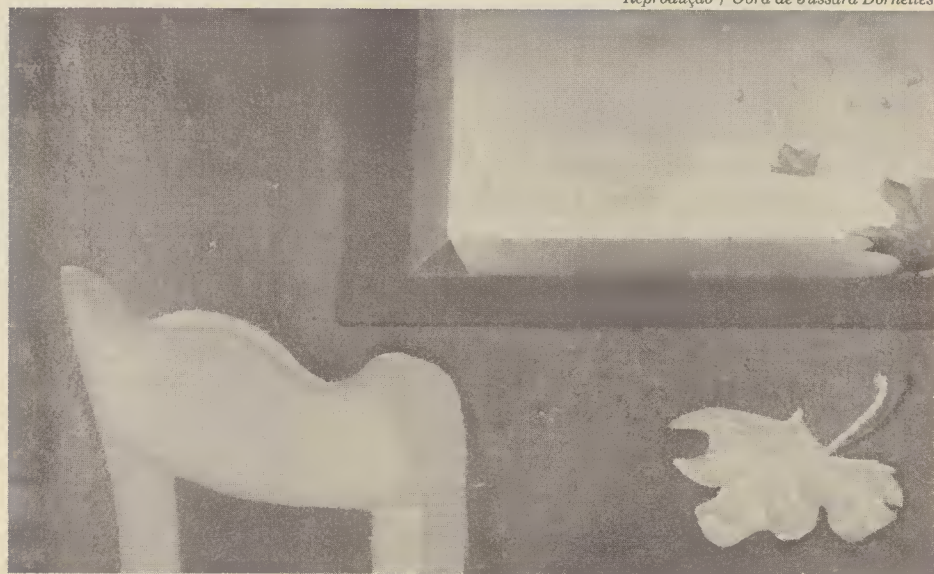
Página 8

A universidade que não faz recesso

Mesmo no período de férias, o funcionário da Ufrgs está trabalhando. É desta forma que garante a continuidade de uma série de trabalhos voltados à comunidade, como extensão e assistência - desde a área médica até auxílios a projetos empresariais.

Páginas 6 e 7





Resistir e avançar

Retomamos a publicação do **Adverso** reafirmando a importância de nosso jornal como espaço de debate, crítica, sistematização e divulgação de informações que dizem respeito à vida da universidade e ao movimento docente.

Neste ano, que será marcado pela disputa de projetos políticos em torno das eleições municipais, saudamos o Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, expressão de um amplo esforço de construção de um programa alternativo ao projeto neoliberal do governo Fernando Henrique.

Saudamos, também, a realização do XIX Congresso da ANDES, no final de fevereiro, na expectativa de que avance na discussão de um projeto de universidade autônoma e comprometida com os interesses da maioria da população e o desenvolvimento do país. O Congresso dará início à sucessão da ANDES, que deverá reafirmar o engajamento do movimento docente na disputa dos rumos da universidade pública.

A discussão desses projetos não substitui a luta cotidiana e a resistência a todas as ofensivas que

o governo dirige contra o funcionalismo, o serviço público e a universidade. A campanha salarial pelo reajuste emergencial de 63,68% e a defesa da previdência pública são algumas dessas tarefas que devem nos mobilizar neste início de ano.

Entretanto, a defesa da universidade pública não pode se limitar às consignas de resistência. É preciso construir um projeto inclusivo, democrático e engajado de universidade que respalde a opção da sociedade brasileira pelo investimento no ensino superior e na pesquisa.

As eleições para os representantes docentes no Conselho Universitário e para reitor da Ufrgs devem se constituir também em momento de debate sobre os rumos e projetos para a universidade. Este é um processo com o qual estamos todos comprometidos, a despeito das regras que nos são impostas pela tutela do MEC.

Enfim, queremos saudar o novo ano com a expectativa da superação do cenário adverso e da defensiva para a construção de novas possibilidades para a universidade e o país.

“A defesa da universidade pública não pode se limitar às consignas de resistência”

OBSERVATÓRIO

Campeoníssimo

FHC é campeoníssimo no uso de Medidas Provisórias. Em cinco anos, ele editou 199 MPs, contra 141 de Itamar Franco, 87 de Fernando Collor de Mello e 125 de José Sarney. Nada perto do número de medidas reeditadas: 22 no governo Sarney, 73 no governo Collor, 364 no governo Itamar e 3.336 no governo FHC.

Projeto que limita o uso de Medidas Provisórias entrou na pauta da convocação extraordinária do Congresso, que termina dia 14 de fevereiro. Até o fechamento desta edição, não havia previsão de quando seria apreciado.

Plágio

As Medidas Provisórias foram inspiradas no “provvedimenti provvisori con forza di legge” do regime parlamentarista italiano. Lá, porém, não há possibilidade de reedição e o prazo máximo de vigência de uma medida é de 60 dias.

No Brasil, a possibilidade de reedição das MPs foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal, ainda que muitos doutrinadores tivessem outra interpretação do texto constitucional.

Abecan na Ufrgs

A Associação Brasileira de Estudos Canadenses (Abecan) terá como sede a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) até 2001. Instalada no Instituto de Letras e presidida pela professora Zilá Bernd, a Abecan propiciará a união dos interessados no estudo da cultura, ciência e tecnologia do Canadá e como fonte de informação à comunidade. A Associação terá como atividades a promoção de encontros, pesquisas, publicações, convênios e intercâmbio de professores e especialistas. Mais informações podem ser obtidas através do site www.abecan.com.br ou pelos telefones (51) 316.6702 e 316. 6791.

Transgênicos

Dê toda a soja que o Brasil exporta, 90% vão para a Europa, onde os índices de rejeição aos transgênicos são muito altos: 78% (Suécia e Alemanha), 77% (França), 65% (Itália, Holanda e Dinamarca) e 53% (Inglaterra). A opinião dos consumidores fez com que o Parlamento Europeu estabelecesse restrições severas à comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

Mercado cativo

Ambientalistas e outros grupos contrários aos transgênicos não embasam seus argumentos apenas no risco de danos à saúde e ao meio ambiente. Grandes empresas multinacionais detêm a tecnologia que possibilita, por exemplo, introduzir um gene que impede a reprodução das espécies. Se isso ocorrer, alertam, a produção de alimentos no mundo vai se tornar um mercado cativo.

Pérolas

O Jornal do Brasil divulgou as mais brilhantes respostas dadas pelos vestibulandos durante os exames. Confira algumas pérolas:

- O nervo ótico transmite idéias luminosas ao cérebro.
- Os egípcios antigos desenvolveram a arte funerária para que os mortos pudessem viver melhor.
- O problema fundamental do Terceiro Mundo é a superabundância de necessidades.
- O sol nos dá luz, calor e turistas.
- Os ruminantes se distinguem dos outros animais porque o que comem, comem por duas vezes.
- A diferença entre o Romantismo e o Realismo é que os românticos escrevem romances e os realistas nos mostram como está a situação do país.
- O Chile é um país muito alto e magro.
- O batismo é uma espécie de detergente do pecado original.
- Os estuários e os deltas foram os primitivos habitantes da Mesopotâmia.
- A Previdência Social assegura o direito à enfermidade coletiva.
- O Ateísmo é uma religião anônima.
- Na Grécia a democracia funcionava muito bem porque os que não estavam de acordo se envenenavam.



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES 2000

Elas querem mudar o mundo

Tête de Femme / Pablo Picasso

Entre 8 de março – Dia Internacional da Mulher – e 17 de outubro – Dia Mundial de Luta contra a Pobreza quase 70 países, entre eles o Brasil, participarão das atividades da Marcha Mundial das Mulheres 2000. O objetivo é iniciar o novo milênio com ações locais, nacionais e internacionais que marquem a presença das mulheres na luta contra a pobreza e a violência sexual. O movimento inicia com a deflagração de uma campanha de educação popular e coleta de assinaturas em apoio à pauta de reivindicações que será entregue à Organização das Nações Unidas (ONU). Entre um evento e outro, pipocarão atividades por todo o mundo (bairros, cidades, estados e países), conforme a capacidade de mobilização das entidades que integram a Marcha.

De acordo com os organizadores, a Marcha Mundial das Mulheres quer construir um mundo baseado na distribuição das riquezas, na posse da terra para quem nela vive e trabalha, e na soberania dos povos dos países periféricos frente às nações ricas. Não é por acaso que o movimento centra fogo na luta contra a pobreza. Hoje, mais de seis bilhões de pessoas habitam o planeta. Destes, quatro bilhões são pobres. Dentre os pobres, 1,3 bilhão vive em estado de miséria absoluta. Da humanidade em estado de pobreza extrema, 70% são mulheres. Do ponto de vista delas, a eliminação da pobreza não é apenas um objetivo que se deseja alcançar “mas um direito a ser garantido imediatamente”.

Para erradicar a pobreza no mundo, a Marcha defende um conjunto de reivindicações que vão desde o acesso das mulheres aos recursos básicos (água potável, alimentos, moradia, serviços de saúde e previdência social) até a democratização da família, através da divisão das responsabilidades pela educação e cuidado das crianças, socialização das tarefas domésticas e políticas públicas para creches e cozinhas comunitárias. Embora reafirme bandeiras históricas, como direito à cultura, à cidadania e à igualdade no trabalho, a pauta de reivindicações das mulheres não é apenas uma carta de intenções.

No documento que será entregue à ONU em outubro, o movimento também reivindica medidas concretas para o combate à especulação financeira, como a aplicação da Taxa Tobin (um imposto sobre todas as transações financeiras realizadas no mundo). Defende, também, que os recursos daí oriundos sejam destinados a um fundo especial destinado ao desenvolvimento social, com acesso prioritário às mulheres, e administrado democraticamente por toda a comunidade internacional. No campo econômico, as mulheres querem o fim dos programas de ajuste impostos pelo FMI e Banco Mundial, cancelamento da dívida dos países do Terceiro Mundo, implementação da fórmula “20x20” entre países doadores e países receptores de ajudas internacionais, ou seja, quem dá e quem recebe tem o compromisso de destinar 20% dos recursos a investimentos sociais e aplicação de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países ricos em ajuda aos países periféricos.

No Brasil, as mulheres reivindicam com centralidade a reforma agrária, reforma urbana, educação, direito ao trabalho, não pagamento da dívida externa, fim da subordinação ao FMI, preservação do meio ambiente, combate à discriminação

racial e étnica, direito à autodeterminação das mulheres, combate à violência sexista e livre orientação sexual.

Outro item da pauta das mulheres é que os países reconheçam nas suas leis e ações que todas as formas de violência contra as mulheres são violações dos direitos humanos fundamentais e não podem ser justificadas por qualquer costume, religião, prática cultural ou poder político. Todos os países devem reconhecer o direito da mulher de decidir sobre sua vida, seu corpo e sobre suas funções reprodutivas.

Economia solidária

A Marcha quer contribuir, também, para instaurar um sistema econômico mundial justo, participativo e solidário, controlado por um Conselho Mundial para a Segurança Econômica e Financeira, em que os países, a sociedade civil, homens e mulheres tenham participação paritária. Em sete meses de manifestações, as integrantes do movimento pretendem sensibilizar a comunidade internacional para a luta por justiça e igualdade para todos, influenciando os poderes econômicos e políticos, pressionando os governos e exigindo o comprometimento das Nações Unidas com sua pauta de reivindicações.

Reivindicações imediatas:

- Eliminação de todos os paraísos fiscais;
- Fim do sigilo bancário;
- Redistribuição da riqueza monopolizada pelo G-7;
- Protocolo que garanta a aplicação de um Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais;
- Fim dos embargos e bloqueios impostos pelas grandes potências;
- Que a ONU pressione todos os países a ratificar sem reserva e aplicar as convenções e pactos relativos aos direitos das mulheres e crianças.
- Implementação de políticas, planos de ação, programas e projetos eficientes, com recursos financeiros e medidas adequadas, para combater a violência contra as mulheres.

Quem pode participar

- Organizações não-governamentais de mulheres;
- Comissões de mulheres de grupos mistos;
- Organizações mistas que não tenham comissão de mulheres, desde que as mulheres assumam a liderança das atividades da Marcha.

A idéia

A idéia de realizar uma Marcha Mundial surgiu no Canadá, onde, em junho de 1995, 850 mulheres marcharam 200 quilômetros em protesto contra a pobreza. Em frente à Assembleia Nacional, em Quebec, foram recebidas por 15 mil pessoas. Resultado: conquistaram aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária.

A Marcha na Internet

Para obter informações atualizadas sobre a Marcha no Brasil, consulte www.geocities.com/marcha_2000_br/
Site internacional: www.ffq.qc.ca



DEMOCRACIA

A Globalização pára em Porto Alegre(*)

Como a cidade brasileira fez o Carrefour se dobrar

Arquivo

Em Porto Alegre, no sul do Brasil, o Carrefour vai construir uma creche e uma avenida, restaurar as canalizações de uma valeta subterrânea, instalar tendas para 40 pequenos comércios, financiar um centro de formação para os empregados do comércio local e entregar seu lixo para uma cooperativa de reciclagem. O distribuidor francês não está brincando de filantropia, nem se lançando em novas atividades. Líder do mercado brasileiro, a empresa simplesmente se dobrou às exigências da prefeitura da Capital do Estado do Rio Grande do Sul. Este irredutível baluarte da esquerda tropical, se lançou também contra a "recolonização", segundo expressão do prefeito Raul Pont. Há algumas semanas do encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, esta iniciativa significa um exemplo de uma alternativa negociada entre um poder local e uma multinacional.

Dando, dando

Raul Pont ficou escandalizado com as facilidades que o governo FHC oferece para as empresas estrangeiras. Ele cita o caso AES. Na privatização ocorrida na semana passada, onde este gigante americano do setor elétrico adquiriu uma importante companhia de distribuição de São Paulo, com a garantia de que a metade de seus investimentos seria paga pelo governo federal, via BNDES. "Uma tal operação é impensável na Europa", declara Pont para Libération. "Nós não somos xenófobos. Pelo contrário, todos os investimentos são bem-vindos. Mas, os estrangeiros devem pagar seus terrenos, seus impostos da mesma maneira que os brasileiros. E nós devemos proteger os interesses da população como os governantes europeus fazem na Europa". No poder na cidade há 10 anos, o Partido dos Trabalhadores reforçou suas posições contra os efeitos da globalização. Da mesma forma como combate os transgênicos e pratica uma política que dá prioridade às pequenas e médias empresas. Invertendo a lógica habitual no Brasil: no lugar de reverenciar os investidores, o PT impõe-lhes exigências. Com um argumento incontestável: se as empresas vêm a Porto Alegre, dizem os petistas, é porque é um "bom mercado". Com 1,3 milhões de habitantes no município e 3,5 milhões na região metropolitana, Porto Alegre se orgulha de ser a capital de Estado que oferece, segundo a ONU, a melhor qualidade de vida no Brasil: todas as crianças estão matriculadas na escola primária, todas as residências têm água encanada, suas universidades são renomadas, o poder de compra é bastante elevado.

Longas negociações

Para participar deste "bom mercado"



Participação: jornal francês cita Orçamento Participativo de Porto Alegre como modelo de democracia direta

uma empresa deve então contribuir para o seu desenvolvimento. Um estudo sócio-econômico realizado pela prefeitura concluiu que a implantação criaria cerca de 400 empregos, mas tiraria 500 dos pequenos comerciantes locais. "Nós fomos chamados pelo sindicato dos empregados do comércio e dos pequenos e médios comerciantes, inquietos com as consequências no comércio local", explica Pont. "Além disso, a comunidade da região temia um fluxo incontrolável de veículos, engarrafamentos..." As negociações duraram vários meses. O problema do tráfego será resolvido com a construção de um trecho de uma avenida sob responsabilidade do Carrefour. As perdas de empregos serão transformadas em ganhos graças aos 40 pequenos comércios que serão instalados no prédio (120 empregos), a creche (15), o centro de formação (200), as novas atividades da cooperativa de reciclagem e a garantia de compra dos produtos dos pequenos agricultores da região.

Inédito no Brasil

Para o Carrefour este acordo é inédito no Brasil. Para a cidade, que quer generalizar este tipo de exigência, já existia um precedente surpreendente com o dis-

tribuidor português Sonae (do qual o Carrefour participa com 25%). Sonae queria instalar um de seus hipermercados em um terreno situado na periferia do centro comercial Cristal. Este lugar, que pertencia à prefeitura, estava parcialmente ocupado por algumas dezenas de famílias de sem-teto. Antes de autorizar os trabalhos, o município obrigou o Sonae a comprar parte de um outro terreno e lá construir um anexo de conjunto habitacional destinado a acolher 700 pessoas, dentre os sem-teto de Cristal.

Este conjunto habitacional, com pequenas casas cúbicas alinhadas, foi construído em um terreno plano, mais próximo do centro da cidade. Seus novos locatários pagam uma quantia mínima à prefeitura. Seguindo a mesma lógica, o novo governador do Estado do Rio Grande do Sul, também do PT, tentou renegociar o contrato de instalação de uma fábrica da Ford na região metropolitana de Porto Alegre. Mas, ao contrário dos comerciantes, os industriais não têm necessidade de se instalar ao redor de um "bom mercado". O construtor rapidamente decidiu abandonar suas obras recém-inauguradas e se instalar na Bahia, onde há um outro clima político e fiscal.

Um modelo de democracia direta

A esquerda brasileira apresenta Porto Alegre como o modelo de uma alternativa política. Dezenas de delegações de municípios do mundo inteiro, do México a Saint-Denis, e de partidos de esquerda (socialistas-democratas, comunistas, ecologistas, trotskistas...) latino-americanos e europeus, chegam na cidade para conhecer o famoso "OP de Porto Alegre". Esta é a sigla para Orçamento Participativo, que define o sistema implantado pelo governo "democrático e popular".

Mais de dez mil cidadãos e 650 associações participam. As discussões começam em março e se estendem até setembro. Todo ano, o município estabelece uma projeção dos recursos disponíveis para os investimentos do ano seguinte. Em dez anos de gestão austera, estes recursos passaram de dois para 21,5% das receitas totais da prefeitura. Para definir o destino dos recursos, as 16 regiões da prefeitura e os cinco "grupos temáticos" (que tratam de temas como educação, transporte...) organizam as assembleias gerais. Todos os cidadãos são convidados a participar e têm direito de voto.

(*) artigo publicado no jornal francês Libération, página 23, em 02/11/99.

EDUCAÇÃO

OAB vai instituir selo de qualidade para faculdades de Direito

Dentre a minoria que é aprovada nos exames da Ordem, uma boa parte formou-se em escolas tradicionais e de reconhecida qualidade – a maioria delas, pública

A deficiência dos cursos jurídicos no Brasil é uma “patologia a realimentar e ampliar as deficiências da máquina judiciária”, acusa o presidente do Conselho Federal da OAB, Reginaldo de Castro. Para bloquear o avanço dessa “doença” que compromete a formação profissional de futuros advogados, promotores, juizes, delegados no país, a Ordem vai instituir um *ranking* das faculdades de Direito.

“Faculdades de fim de semana, usinas de diplomas muito mais preocupadas em produzir dinheiro do que em lançar no mercado profissionais habilitados, têm causado estragos à nossa profissão”, constata o presidente. De acordo com ele, o baixo nível do ensino tem reflexos não apenas técnicos sobre a conduta desses profissionais, mas também éticos e morais. “Há profissionais que cometem desvios éticos sem nem sequer saber que o fazem ou a dimensão do dano que provocam”, lamenta.

Hoje, apenas três entre dez candidatos ao Exame de Ordem conseguem aprovação. Essa é a média de São Paulo, mas não está muito longe do resto do País. No Distrito Federal e no Rio Grande do Sul, a reprovação chega a 50%; no Rio de Janeiro, é de 40%. Dentre a minoria que é aprovada, boa parte formou-se em escolas tradicionais e de reconhecida qualidade – a maioria delas, pública.

O crescimento dos índices de repro-

vação vem acompanhado de outro dado surpreendente: o número de escolas de Direito no Brasil aumentou 60% em cinco anos. Com as 150 escolas criadas nos últimos quatro anos, o país tem, agora, 380 faculdades de Direito, que abrigam mais de 230 mil alunos.

A toque de caixa

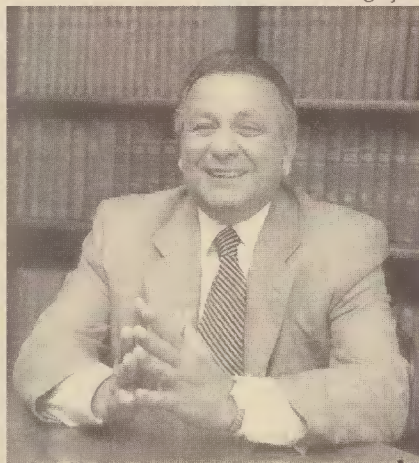
Mais escolas, mais vagas, mais possibilidades de acesso à educação. As premissas parecem incontestáveis, mas a realidade não é simples assim. “Muitas faculdades de Direito estão sendo criadas a toque de caixa, sem infra-estrutura adequada”, adverte Castro. Convocado, por lei, desde 1994, a avaliar os pedidos de criação de cursos de Direito, até julho do ano passado o Conselho Federal da OAB havia dado parecer favorável a apenas 36 deles. Como a avaliação da Ordem não tem poder de veto, o Ministério da Educação acabou autorizando o funcionamento das novas escolas.

Por isso, a OAB está preparando um *ranking* das faculdades de Direito no país, “para distinguir as boas escolas das não tão boas e das ruins”, justifica o advogado. O controle de qualidade levará em conta quatro critérios básicos: professores com doutorado, mestrado ou, no mínimo, especialização; com dedicação exclusiva e, pelo menos, um professor para cada 25 alunos; atividades complementares, monografia no final do curso, pesquisa, extensão e núcleo de prática jurídica. Projeto didático-pedagógico que leve em conta as características regionais, para formar profissionais preparados para o mercado onde vai atuar; salas de aula adequadas e em número suficiente. Laboratório de informática e com acesso às redes eletrônicas de pesquisa. Biblioteca com, no mínimo, dez mil volumes, assinatura e publicação de revistas científicas.

Qualidade

“Nenhuma instituição está mais à vontade para avaliar os cursos de Direito do que a Ordem dos Advogados do Brasil”, garante o seu presidente. E justifica: “O ensino jurídico foi debatido em todas – sem exceção – as conferências da OAB, desde a primeira, em 1958”.

Divulgação



Castro: “OAB está à vontade para avaliar os cursos de Direito”

Há oito anos, foi criada a Comissão de Ensino Jurídico e, desde 1994, a entidade avalia os pedidos de criação de faculdades de Direito. Segundo Adylson Gurgel, presidente da Comissão, a disposição de se instituir um selo de qualidade para as escolas não significa uma campanha contra a abertura de faculdades. “Não estamos interessados em fechar cursos, apenas queremos primar pela qualidade. E o selo é um indutor de qualidade”, argumenta.

Gurgel também faz questão de esclarecer que não há, nessa iniciativa, nenhuma intenção de reserva de mercado: “O interesse está longe de ser corporativo”, garante. De fato, o Brasil carece de profissionais com nível superior em número compatível com seu estágio de desenvolvimento. Os juizes, por exemplo, não chegam a 15 mil, quando seriam necessários pelo menos 100 mil. “Mas que sejam 100 mil profissionais capacitados, em condições de enfrentar o exame da OAB sem dificuldades”, reforça o professor José Geraldo de Sousa Júnior, membro da Comissão de Ensino Jurídico. Na opinião dele, “ainda que não seja reguladora de mercado, a Ordem impede que profissionais sem qualificação cheguem ao mercado de trabalho”.

Proliferação

José Geraldo também considera “nefasta” a proliferação dos cursos de Direito, porque “é desenfreada e sem qualidade”. Costuma-se dizer, na contabilidade das faculdades particulares, que o curso de Direito é o caixa-forte. É que, ao contrário dos cursos tecnológicos, os de ensino jurídico exigem apenas equipamentos básicos – além, é claro, de professores capacitados, boas bibliotecas e treinamento. “Some-se a isso o fato de os cursos de Direito estarem – historicamente – entre os mais procurados e terem à frente um mercado de trabalho que passa pelos três poderes da República e cresce junto com o Estado de Direito”, destaca o professor.

Péssimo desempenho

As escolas reprovadas pela avaliação da OAB, mas autorizadas a funcionar pelo Conselho Nacional de Educação, têm registrado um péssimo desempenho no exame nacional de cursos, o Provão, segundo levantamento da Comissão de Ensino Jurídico da entidade. A Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação, também mostra o frágil desempenho do ensino jurídico no País. Se são fracos os indicadores de qualidade da universidade brasileira – em todos os setores do conhecimento –, no Direito a situação é pior. Dos docentes, 60,62% tiveram desempenho regular ou insuficiente e apenas 7,7% demonstraram padrões de excelência.

Pelo mesmo sistema de avaliação, a organização didático-pedagógica em mais da metade dos cursos de Direito (55%) é insuficiente, o que significa falhas no currículo, na pesquisa e na extensão. As faculdades municipais, por sua vez, apresentaram resultados sofríveis no que diz respeito à infra-estrutura: 88,89% delas estavam em condições regulares ou insuficientes à época da avaliação. Entre as escolas particulares, 66,14% também tinham infra-estrutura regular ou insuficiente. Dos cursos nas universidades federais, 46,15% estavam em condições insatisfatórias. E nos estaduais, 31,43%.

Pontos fracos

Depois de examinar pedidos de criação de novas faculdades e de dar parecer favorável a apenas 36, o Conselho Federal da OAB concluiu que os principais pontos fracos dessas escolas eram:

- 1 – Média muito baixa de professores mestres e doutores na área jurídica;
- 2 – Predomina o regime de trabalho por hora;
- 3 – Concentração em atividades de ensino, e negligência à pesquisa e à extensão;
- 4 – Falta de plano de cargos e salários de qualidade;
- 5 – Falta de projeto didático-pedagógico;
- 6 – Falta de atividades complementares;
- 7 – Desprezo às características da região onde está instalado o curso;
- 8 – Falta de estrutura adequada para o Núcleo de Prática Jurídica;
- 9 – Falta de acervo bibliográfico atualizado.

Primeira escola é de 1827

O ensino jurídico acompanhou o surgimento do Estado brasileiro. A primeira escola nasceu em 1827 e formou bacharéis que foram compor a elite administrativa. A partir da República, começaram-se a formar advogados, magistrados e promotores.

Fonte: Aurélio Wander Bastos
Ensino Jurídico OAB – 170 Anos de Cursos Jurídicos no Brasil



Direito: advogados oriundos das universidades públicas têm o maior índice de aprovação nos exames da OAB

UFRGS

A Universidade que não faz recesso

Marco Aurélio Weissheimer

Ao lado de orçamentos cada vez mais escassos, cresce o compromisso da universidade pública de dar visibilidade à sua produção científica. Os professores, ainda que amargando cinco anos sem reajuste nos salários, não raro são vistos como categoria de elite, a gozar de longas férias e viver fartamente de seus privilégios. O mito, porém, não corresponde à realidade.

Em janeiro e fevereiro, quando as salas de aula ficam vazias, o ritmo de trabalho prossegue intenso. Durante este período, a universidade estreita seus vínculos com a comunidade, oferecendo uma série de cursos de extensão. Navegação na Internet, astronomia, construção de brinquedos, fauna do litoral gaúcho, trabalhos cooperativos, são parte de uma lista extensa. Além disso, a comunidade conta com assistência em medicina, odontologia, fisioterapia, psicologia, assessoria de projetos, entre outras. E boa parte dos pesquisadores, talvez o setor menos visível da universidade, prossegue seu trabalho que, muitas vezes, acaba produzindo benefícios concretos para a sociedade sem que ela fique sabendo.

A universidade oferece atividades de extensão em praticamente todas as áreas. A Faculdade de Arquitetura, por exemplo, desenvolve neste período o projeto Residência Acadêmica 2000. Coordenado pelo professor José Albano Volkmer, é dirigido a estudantes de arquitetura e desenvolvido em três módulos, em janeiro, fevereiro e julho junto a prefeituras do interior do Estado. As atividades de extensão, que funcionam praticamente o ano inteiro, têm atividades mesmo nas férias.

Este ano a Internet está merecendo uma atenção especial. O Programa de Doutorado em Informática na Educação promoveu, de 18 de janeiro a 1º de fevereiro, o curso "Groupware: Trabalhando Cooperativamente Via Internet", todo ele ministrado a distância, com os recursos da rede mundial de computadores. Desenvolvido por pesquisadores vinculados ao Doutorado, o curso procurou criar um ambiente educacional para os educadores que trabalham com ensino à distância, buscando a produção de trabalhos de forma interativa. Durante as aulas foram apresentados

conceitos de "groupware", que envolve a aprendizagem através da colaboração mútua e a exploração dos recursos da Internet para criar estratégias de interação.

Em janeiro, a Ufrgs também ofereceu oportunidade para jovens de 12 a 15 anos aproveitarem as férias aprendendo a navegar pela Internet. O Centro de Super-Computação (Cesup) promoveu, de 24 a 28 de janeiro, o curso "Navegando na Internet", com aulas diárias sobre modo de acesso e navegação na Internet, construção de homepages e utilização de links, imagens, sons e animações, além de dicas de *sites* interessantes. Ainda na área de informática, o Centro de Processamento de Dados (CPD) da Ufrgs oferece regularmente cursos abertos à comunidade.

Litoral

Há vida acadêmica também na praia. Crianças com sete anos ou mais, que passam férias no Litoral Norte do Estado, podem aprender noções de ecologia e de segurança no mar, e a fazer brinquedos artesanais. O Verão 2000 do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos da Ufrgs (Ceclimar) oferece cursos, oficinas, atividades recreativas, palestras, exposições e sessões de vídeo para crianças. As atividades, sempre das 14h às 18h, começaram no dia 12 de janeiro e terminarão no final de fevereiro. Na maioria, são desenvolvidas ao ar livre, como os cursos "Os animais do Litoral Norte" e "Cada macaco no seu galho", e as oficinas de brinquedos antigos e de cataventos. As demais atividades recreativas são realizadas de terça a sexta-feira, das 15h às 18h, na área externa do Ceclimar, até o final de fevereiro. Os veranistas contam também com o Museu de Ciências Naturais da Ufrgs, podendo visitá-lo de terça a domingo, das 15h às 19h.

Outra opção para quem fica em Porto Alegre no verão é o projeto "Astronomia para a Comunidade". Às terças e quintas-feiras à noite, há uma sessão de observação gratuita do céu com equipamentos do Observatório Astronômico da Ufrgs. O projeto recebe a visita de grupos ou turmas escolares, com agendamento prévio, para palestras com professores do Departamento de Astronomia e visita às instalações do Observatório, seus instrumentos e acervo histórico. O Departamento tem, ainda, um projeto de Astronomia Itinerante que funciona num furgão com equipamentos de observação do céu e que percorre cidades da Grande Porto Alegre e do interior do Estado. Outra alternativa para os interessados em astronomia é o Planetário Professor José Baptista Pereira, com programação todas as quartas-feiras, às 17h.

Além disso há as atividades de assistência que a Ufrgs oferece à comunidade. Um exemplo é o atendimento em fisioterapia ortopédica e traumatológica na Escola Superior de Educação Física (Esef). O Setor de Reabilitação, do

Quem anda pelos corredores da Ufrgs nestes meses de verão talvez nem perceba que, por trás do silêncio, a universidade fervilha. Em janeiro e fevereiro, quando as salas de aula ficam vazias, é o trabalho anônimo e incansável dos professores, técnicos e estudantes que atuam nos projetos de extensão e pesquisa que dão o impulso intelectual, criativo e de integração com a comunidade. É isso o que faz a diferença entre as universidades públicas e as universidades privadas.



Produção do conhecimento: trabalho anônimo em benefício da comunidade movimenta universidade no período de férias

Centro Indesp/Ufrgs de Excelência Esportiva oferece atendimento individualizado em fisioterapia ortopédica e traumatológica, além de fisioterapia esportiva. As consultas são feitas por profissionais capacitados, mediante agendamento prévio.

Pesquisa mostra resultados

Diariamente, inclusive nas férias, diversos projetos de pesquisa estão em andamento na universidade. O Laboratório de Desenvolvimento Galênico (LDG) do Curso de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia da Ufrgs, por exemplo, em conjunto com pesquisadores do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), desenvolveu um medicamento extraído da espinheira-santa (*Maytenus ilicifolia*).

Fruto dessa pesquisa resultará a primeira patente de medicamento totalmente desenvolvido no Brasil. Este trabalho, iniciado na década de 80, representa os esforços conjuntos de duas instituições federais de ensino superior, repassando tecnologia para o setor farmacêutico nacional. O medicamento será produzido pelo Laboratório Aché, de São Paulo, que financiou a pesquisa. O projeto abre novas perspectivas econômicas, pois torna o cultivo desta planta medicinal uma alternativa rentável. Outros medicamentos extraídos de vegetais da flora brasileira encontram-se em adiantado estágio de desenvolvimento no LDG.

O outro exemplo vem da engenharia. Uma das alterna-

tivas para o aumento rápido da oferta de energia elétrica no país pode vir do Laboratório de Máquinas Elétricas da Ufrgs. Lá, já funciona um modelo experimental de usina "inteligente" para pequenos aproveitamentos hidrelétricos, mais barata, autônoma e controlada de forma remota, até via Internet. Os pequenos aproveitamentos hidrelétricos são os inferiores a um megawatt (MW) de potência. Com a possibilidade de o setor privado participar da produção de energia, antes monopólio estatal, cresce em importância a co-geração (fornecimento de energia do setor privado à rede de concessionárias) e a geração independente (redes elétricas autônomas em localidades isoladas ou para um só complexo industrial). As usinas em desenvolvimento no Rio Grande do Sul visam baratear custos para os investidores independentes, além de facilitar a operação e monitoramento remoto dos geradores. Segundo Aly Flores, coordenador do projeto, são utilizados, no lugar dos geradores comuns, motores elétricos mais baratos e mais robustos, que demandam um investimento inicial menor e são menos dispendiosos na operação e manutenção. As pequenas usinas contam com o controle de computadores, capazes de "decidir" se a usina deve ser desligada em caso de sobrecarga ou reajustada à vazão da água, para otimizar a produção de energia. Com este sistema, não há necessidade de um operador presente no local: o controle pode ser feito a partir de um outro computador, ligado à usina através de modem ou via Internet.

Um escritório para apoiar projetos

O Escritório de Assessoria a Projetos, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, é outro importante serviço prestado à comunidade. Criado em março de 1997, promove contato com diferentes segmentos da sociedade, na busca de parcerias para o desenvolvimento de projetos conjuntos, incentivando a ampliação do intercâmbio da Ufrgs com o setor produtivo nas áreas industrial, agropecuária e de serviços. Para atingir este objetivo, o escritório atua em três áreas básicas: informações, apoio a negócios e apoio técnico-administrativo. Na área de informações, busca compatibilizar as ofertas de pesquisa e de serviços desenvolvidos pela universidade com as demandas do setor produtivo.

Neste sentido, atua, em nível interno, suprimindo a comunidade acadêmica com informações sobre oportunidades de pesquisa tecnológica e de projetos em geral e, em nível externo, através de informações sobre os recursos humanos de que a Ufrgs dispõe e suas respectivas especialidades, além de recursos técnicos disponíveis na

forma de equipamentos e laboratórios. Na área de apoio a negócios, o escritório presta apoio logístico e legal ao processo de transferência de tecnologia e à realização de contratos.

O escritório assessora projetos feitos em parceria com outras instituições, elabora convênios e contratos de transferência de tecnologia, produtos, processos e serviços oferecidos pela Ufrgs ao setor produtivo, e apóia os processos de negociação das tecnologias desenvolvidas por pesquisadores da universidade junto a empresas interessadas no seu licenciamento. Ainda nesta área, subsidia o estabelecimento de políticas institucionais de propriedade industrial e transferência de tecnologia. Também está sob sua responsabilidade o encaminhamento de registros de patentes aos órgãos. O escritório busca, ainda, promover eventos de difusão, em colaboração com unidades universitárias e setores da comunidade externa, visando cumprir mais efetivamente o seu papel na interação com o setor produtivo.

Mais de 800 mil livros à disposição

O Sistema de Bibliotecas da Ufrgs foi criado em 1972, para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. O sistema é constituído pela Biblioteca Central e por 29 bibliotecas setoriais das áreas de ensino/pesquisa, órgãos superiores e do ensino fundamental e médio. O acervo do Sistema de Bibliotecas da Ufrgs é formado por 848.681 itens, incluindo 10.000 exemplares de obras raras, livros, periódicos, folhetos, CD-ROM e outros materiais. É o terceiro maior acervo entre as universidades brasileiras, atrás somente da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os usuários do Sistema de Bibliotecas da Ufrgs são alunos e professores dos cursos de graduação, programas de pós-graduação (doutorado e mestrado) e de especialização, escolas de ensino fundamental e médio, além de servidores técnico-administrativos e pessoas não vinculadas à Ufrgs, mas atingidas pelos programas de

extensão. Cerca de seis mil usuários consultam o acervo da biblioteca diariamente.

Entre os serviços oferecidos estão o empréstimo/consulta de documentos, comutação bibliográfica (responsável tanto pelo fornecimento de cópias de documentos existentes no acervo da Ufrgs quanto pela busca em outras bibliotecas do País e exterior), empréstimo entre bibliotecas, serviço de referência (respostas a pedidos de informações verbais ou escritas de leitores, orientação/normalização de documentos, orientação técnica e elaboração/correção de referências), acesso a bases de dados nacionais e internacionais em CD-ROM e on-line, utilizado para realizar levantamentos bibliográficos e obter informações na área específica de cada base de dados, treinamento de usuários através de palestras, cursos, visitas orientadas e treinamento informal, com o objetivo de divulgar os recursos disponíveis nas bibliotecas e a sua forma de utilização.



Acervo: Sistema de Bibliotecas da Ufrgs é um dos três maiores entre as universidades públicas brasileiras

TRABALHO

Escolaridade não garante emprego

Mario Guerreiro

Foi-se o tempo em que a escolaridade era garantia de emprego. Pelo menos há dez anos este não é mais um fator determinante na hora de se colocar no mercado de trabalho. Um recente estudo realizado pelo Centro de Estudos Sindicais e de Trabalho (Cesit), da Universidade de Campinas (Unicamp), chamado A Epidemia do Desemprego no Brasil, coordenado pelo professor Márcio Pochmann, mostra que, ao contrário do que acredita o censo comum, é mais fácil uma pessoa com menos de um ano de escolaridade conseguir trabalho do que quem estudou mais de oito anos. A experiência também conta pouco na hora de se tentar uma vaga. O trabalhador de hoje é homem, jovem, não-branco, não-chefe de família, recém-ingresso no mercado de trabalho e disposto a trabalhar com baixa remuneração.

A camada mais afetada pelo desemprego no Brasil é de pessoas com mais de 40 anos, maior escolaridade, do sexo feminino, chefes de família, brancas e que buscam o reemprego. Aparentemente, os professores se enquadram perfeitamente no perfil. No entanto, a pesquisa não analisou profissões, número de vagas por categorias, número de trabalhadores. Pochmann salienta que devem estar tendo problemas para encontrar emprego aquelas pessoas com 2º grau completo e 3º incompleto, professores que atuam no 1º grau, ou outras categorias no nível técnico. É um perfil bem diferente do que se verificava até o final dos anos 80. "Tínhamos um desemprego homogêneo. Hoje ele atinge as pessoas com mais qualificação. É heterogêneo, complexo, chegando ao interior dos Estados, às pequenas cidades, às pessoas com experiência profissional", revela. Os dados também põem por terra a idéia de que quem estudar vai ter garantia de trabalho.

Epidemia

O professor vê pouca perspectiva de mudança neste panorama para o ano 2000, mesmo que a situação econômica do País melhore. A epidemia do desemprego é tão grave que necessitaria que o Brasil crescesse uma média 5,5% ao ano. Isso seria o mínimo necessário para dar conta dos um milhão e meio de brasileiros que a cada ano entram no mercado de trabalho. Para se ter uma idéia, no ano passado o Brasil teve um crescimento de 1% (o pior dos últimos 100 anos). A média dos anos 90, que muitos economistas consideram a segunda década perdida, foi de 1,8% ao ano, o pior desempenho do século, e bem abaixo dos anos 80, que apresentou um crescimento médio de 3% ao ano.

Apesar de tantos números negativos, Pochmann acredita na potencialidade do Brasil. "O problema é político. O desemprego não é prioridade do governo", afirma. Só com o déficit habitacional



existente no País, se poderia abrir um enorme número de vagas. Faltam ser construídas 10 milhões de moradias, o que garantiria, além de emprego, casas para todos. Pochmann lembra que o Brasil é um país jovem, em construção e que não passou por importantes etapas vividas por países mais desenvolvidos. Na opinião dele, temos três importantes cartas na manga, ainda não lançadas e que podem nos ajudar a virar o jogo. "Não passamos pelas três reformas clássicas: a reforma agrária — a cada quatro trabalhadores, apenas um vive no campo —, reforma tributária de verdade — porque, no Brasil, rico não paga imposto — e a reforma social. Sem isso não dá para fazer frente ao desemprego, que veio para ficar", afirma.

Desemprego disfarçado

Entre 1932 e 1980, o Brasil experimentou um modelo de crescimento

econômico baseado na ampla difusão do emprego assalariado, diz o professor Márcio Pochmann. Nas quatro décadas entre os anos 40 e 70, a cada dez postos de trabalho criados, somente dois não eram assalariados e sete deles tinham registro formal. A expansão do emprego assalariado somente sofria algum baque com as variações da conjuntura econômica, o que na época era algo bem mais difícil de ocorrer. Grandes modificações nas técnicas de produção — como na renovação tecnológica ocorrida nas indústrias têxteis durante os anos 50 — também influenciavam, mas em geral havia expansão da produção e geração de empregos assalariados, diz o professor.

A partir da década de 1990, as coisas mudaram, e para bem pior. A cada dez empregos criados, somente dois eram assalariados, mas sem registro formal. Isso configurou um cenário de maior difusão de postos de trabalho não-assalariados,

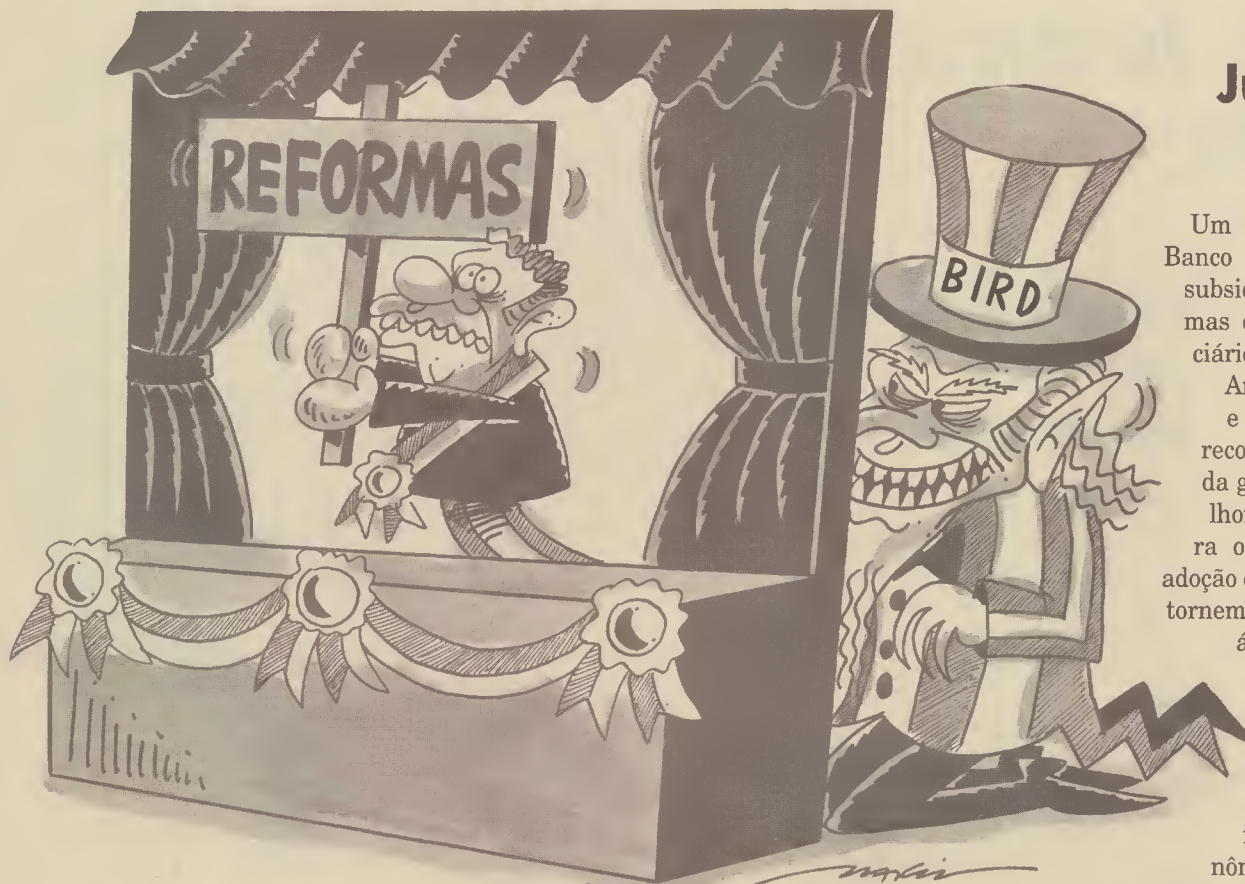
que Pochmann qualifica de desemprego disfarçado. "O emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro constituiu para a classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista. Já a sua redução absoluta e relativa nos anos 90, acompanhada do crescimento das vagas assalariadas sem registro e de ocupações não-assalariadas, aumentou de forma considerável a precarização das condições e relações de trabalho", defende o professor.

Outro aspecto interessante da pesquisa diz respeito à idéia de que o trabalhador não-assalariado possa estar atuando em novas formas de inserção ocupacional, especialmente no caso do trabalho autônomo para a grande empresa. Surgiriam, assim, condições de remuneração e de trabalho até mais favoráveis para técnicos especializados e mão-de-obra com alta escolaridade e experiência. "No entanto, no Brasil, o trabalho por conta própria é o autônomo para o público, que se caracteriza por ser portador de condições precárias e de remuneração contida". No estudo, Pochmann acrescenta que, na maior parte das vezes, as ocupações não-assalariadas são apenas formas de estratégias de sobrevivência, uma espécie de desemprego que não aparece nas estatísticas oficiais.

Um fenômeno de massa

Entre tantos recordes negativos acumulados ao longo de sua história, o Brasil está chegando perto de mais um. Tem o quarto maior contingente de desempregados do mundo, só perdendo para Índia, Rússia e Bangladesh. Mas o avanço no País é célere. Para o ano 2000, o desemprego deverá alcançar 10,4% da população que poderia estar empregada. Serão 8,3 milhões de desempregados, contra os 7,7 milhões do ano passado. Na última década, 13,6 milhões de pessoas tentaram emprego no Brasil. Só 8,5 milhões conseguiram vagas — muitas de baixa qualidade —, gerando uma massa de desempregados de 5,1 milhões de pessoas. Quer dizer: do total de brasileiros em condições de tentar um emprego, apenas 62,5% conseguiram trabalho. A média é de 943 mil empregados e 567 mil desempregados por ano. A crise se verifica com mais nitidez se compararmos esses números com os da chamada década perdida, os anos 80. Naqueles dez anos, 96,1% dos brasileiros que ingressaram no mercado de trabalho conseguiram empregos. Se antes o desemprego atingia apenas algumas camadas da população, hoje ele passou a ser um fenômeno de massa, heterogêneo, do qual nenhum trabalhador pode se considerar salvo. Passou a ser verificado em todas as regiões do Brasil, em cidades grandes e pequenas, e em pessoas com diferentes níveis de escolaridade.

REFORMAS



Mudam relações de trabalho

A instituição das Comissões de Negociação Prévia nas empresas e do rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho dão uma nova feição às relações trabalhistas no Brasil. Pelas novas regras, os empregados só poderão ingressar com processos trabalhistas mediante comprovação de tentativa, sem êxito, de conciliação prévia na empresa.

O rito sumaríssimo, por sua vez, estabelece prazo máximo de dois meses para a solução de processos trabalhistas envolvendo valores de até 40 salários mínimos e, via de regra, está sendo considerado positivo para o desemperramento do aparelho judiciário.

Enquanto isso, o texto básico da emenda que reforma o Poder Judiciário (PEC nº 96B/92) foi aprovado na Câmara Federal, durante a convocação extraordinária. A eliminação de propostas que haviam passado na Comissão Especial, como a "avocatória", garantiu o voto favorável de vários partidos da oposição. No âmbito judicial, a avocatória confere a um tribunal superior a faculdade de quebrar o trâmite normal de um processo, chamando para si o direito de julgar e impor a sua decisão. Esse instituto já vigorou no País durante a ditadura militar e foi eliminado da Constituição de 1988, "por se tratar de um mecanismo que afronta a democracia e o Estado de Direito", explica o advogado Rogério Coelho, assessor jurídico da Adufrgs. Também houve mudança na proposta de "súmula vinculante", que obriga os juízes das instâncias inferiores a julgarem conforme decisão dos tribunais superiores. No texto básico, a "súmula" só vale para o Supremo Tri-

bunal Federal (STF), que julga ações de inconstitucionalidade.

Na esteira das reformas, o governo federal anunciou, em janeiro, a alteração do artigo 7º da Constituição, que trata dos direitos individuais e coletivos. Entre as mudanças cogitadas, a de maior impacto é a que propõe substituição de direitos consagrados como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), férias, 13º salário e verbas rescisórias pela incorporação aos salários de um índice de reajuste definido através de negociação direta entre sindicatos e empregadores. A proposta foi detonada pelo movimento sindical e não encontrou adeptos nem entre os mais leais representantes da base governista no Congresso Nacional. Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT/RS), Francisco Vicente, o que o governo fez "foi soltar um balão-de-ensaio para aferir a reação da sociedade". Também é, na opinião do sindicalista, "a sinalização de que o governo está mudando a sua estratégia, ou seja, vai concluir a reforma trabalhista com um pacote de medidas".

Ainda que tenha encenado um recuo em relação ao conteúdo das mudanças – e afirmado que só vai encaminhar o projeto de emenda constitucional ao Congresso se houver acordo com as centrais sindicais – sabe-se que o ministro do Trabalho já dispõe de um estudo que vai subsidiar a proposta do governo. Entrariam no pacote a extinção do abono do PIS para quem ganha até dois salários mínimos e a transferência da multa de 40% do FGTS para um fundo destinado ao seguro-desemprego.

RÁPIDAS

Bird orienta reformas do Judiciário na América Latina

Documento polêmico foi produzido em 1996, mas só veio a público agora

Um documento do Banco Mundial está subsidiando as reformas do Poder Judiciário em países da América Latina e do Caribe. As recomendações vão da garantia de melhores salários para os juízes até a adoção de medidas que tornem a Justiça mais ágil e eficiente para garantir a solução de conflitos que envolvam interesses econômicos.

O documento revela que, nos Estados Unidos, os juízes de primeira instância recebem entre US\$

61,7 mil e US\$ 113 mil por ano, contra US\$ 37,7 mil pagos aos da Argentina e US\$ 12,3 mil recebidos pelos do Equador. No Brasil, o nível salarial é equivalente, em dólar, ao da Argentina.

O Banco Mundial argumenta que "o crescimento da integração econômica entre países e regiões demanda um Judiciário com padrões internacionais", mas ressalva que "as recomendações são genéricas e que não se responsabiliza pelas conclusões expressas pelos técnicos que participaram da elaboração".

Consultados pela Folha de São Paulo, o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (ABM), Cláudio Baldino Maciel, e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Dalmo Dallari consideraram o documento uma interferência no funcionamento da Justiça. Disseram, também, que o governo e o Banco Mundial "defendem mudanças na Justiça apenas com o objetivo de tornar o processo mais rápido e reduzir os gastos públicos".

Impacto do FMI na educação

A ONG Ação Educativa, de São Paulo, está divulgando na Internet o relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, intitulado "O Impacto do FMI na Educação Brasileira". O trabalho, coordenado pela organização, traça um painel sobre os prejuízos acarretados à educação no país após a assinatura dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no final de 1998. O relatório apresenta dados relevantes para a caracterização das ações do governo Fernando Henrique Cardoso no campo educacional.

O acordo com o FMI começou a ser gestado em maio de 1998. Em agosto, antes das eleições, o governo enviou ao

Congresso sua primeira proposta de Orçamento para 1999. Pouco mais de um mês após as eleições, foi encaminhada outra proposta revendo as metas anteriores e fixando limites bem inferiores de gastos do governo.

O relatório da Ação Educativa demonstra como esse processo, na verdade, representou uma operação destinada a, num primeiro momento, evitar maiores impactos eleitorais e, no segundo, retirar recursos destinados às áreas sociais.

O relatório completo está disponível em <http://acaoeducativa.org/institucional.htm>. Também pode ser solicitado no seguinte endereço eletrônico: acaoeducativa@originet.com.br

Monsanto: Crimes contra a natureza

No dia 15 de dezembro, fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Procuradoria da República de Santo Ângelo (RS) autuaram a multinacional Monsanto do Brasil em R\$ 800 mil pela comercialização de sementes transgênicas. Além da multa, foi encaminhada denúncia à Polícia Federal para abertura de inquérito por crime ambiental e desobediência, já que a venda e plantio de transgênicos é proibida no Brasil.

Histórico inquietante

A Monsanto Chemical Company – fabricante do herbicida mais vendido no mundo, o Roundup – não faz estragos apenas no Brasil. Desde a sua fundação, em 1901, a empresa segue uma traje-

tória inquietante de crimes contra a natureza. Entre eles, a explosão de um navio em 1947, que matou mais de 600 pessoas no Texas e foi considerado um dos primeiros grandes desastres da indústria química.

Em "Monsanto: uma história interdita", o professor do Instituto de Ecologia Social e do Goddard College (EUA) traz à luz pistas que ajudam a entender as práticas atuais da companhia. O artigo saiu publicado na revista inglesa *The Ecologist* (Vol.28 - nº x - Set/Out, 1998). A edição foi traduzida pelo professor Sebastião Pinheiro, com colaboração de D. Hathway, Lídia Pinheiro e Elisabeth Bermudez.

Endereço na Internet: ecologist@gn.apc.org

JURÍDICO

Docentes vão à Justiça para garantir FC

Funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) decidiram em assembléia, dia 19 de janeiro, entrar com um mandado de segurança preventivo contra o governo federal para não perderem vencimentos relativos às Funções Comissionadas (FC). Os valores são pagos para os servidores (ou beneficiários de pensão) que tenham exercido, até 1991, cargos como chefes de departamentos, diretores de unidades, pró-reitores - ou equivalente - coordenadores e outras.

Ao todo, aproximadamente 300 pessoas - entre professores e funcionários - podem ser atingidos pelo corte determinado pela presidência da República. As perdas variam de caso a caso, indo de poucos reais até R\$ 2.000,00, segundo o advogado da Associação de Docentes da Ufrgs (Adufrgs), Francis Bordas. Ele pede que os interessados em reaver o benefício entrem em contato com a associação, pois as ações serão movidas individualmente.

Depois de 12 anos, o governo federal passou a entender que é ilegal o pagamento de FC a partir dos valores contidos em Portaria do MEC. Passou então a circular entre as universidades federais de todo o país um ofício do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, determinando a substituição das FCs por cargo de direção ou função gratificada, conforme a Lei 8168/91.

A implantação do corte na folha de janeiro foi barrada pela ação de várias instituições que a empurraram para o mês seguinte. Assim, os servidores poderão ingressar com medidas judiciais preventivas para evitar a suspensão do pagamento - o parecer da Advocacia Geral da União (AGU) está sendo questionado judicialmente em vários Estados.

O formulário de autorização para entrada com ação está disponível na sede da Adufrgs. Junto com o formulário, o interessado deve entregar uma cópia da correspondência enviada pela Pró-Reitoria dos Recursos Humanos da Ufrgs, demonstrando o valor das perdas.

Incorporação da GED à aposentadoria

O Encarregado de Assuntos Jurídicos da Andes-SN alerta que, para incorporar a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) à aposentadoria é necessário que os docentes se submetam a pelo menos duas avaliações e cumpram o período mínimo de dois anos. Deste modo, somente a partir do dia 4 de julho deste ano será possível a incorporação integral da GED ou da média obtida pelo docente, conforme número de pontos obtidos. Logo, a incorporação poderá ser integral ou proporcional.

Os assessores jurídicos, porém, entendem que nos casos de aposentadoria requerida antes de 4 de julho próximo, o docente tem o direito à incorporação dos 60% deferidos para os aposentados em geral.

Para evitar prejuízos desnecessários, é recomendável aguardar o período mínimo de dois anos.



BALANCETE

BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1999	
RUBRICAS / MESES	NOV
ATIVO	1.212.012,58
FINANCEIRO	976.793,29
DISPONÍVEL	890.499,19
CAIXA	1.335,67
BANCOS	71.723,89
APLICAÇÕES C/LIQUIDEZ IMEDIATA	817.439,63
REALIZÁVEL	86.294,10
CRÉDITOS A REALIZAR	86.294,10
DEVEDORES	16.222,35
CRÉDITOS A RECUPERAR	63.616,21
ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS	5.371,67
PRÊMIOS DE SEGURO A VENCER	1.083,87
ATIVO PERMANENTE	235.219,29
IMOBILIZADO	232.420,41
BENS MÓVEIS	119.388,53
BENS IMÓVEIS	158.523,19
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	45.491,31
DIFERIDO	2.798,88
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	2.798,88
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	
PASSIVO	1.156.920,10
PASSIVO FINANCEIRO	156.968,70
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	121.250,64
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	1.906,61
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	37,39
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	
CREDORES DIVERSOS	119.306,64
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	35.718,06
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	35.718,06
SALDO PATRIMONIAL	999.951,40
ATIVO LÍQUIDO REAL	616.733,25
RESERVAS	
SUPERAVIT ACUMULADO	383.218,15

RUBRICAS / MESES	NOV	ACUMULADO
RECEITAS	75.180,32	809.398,66
RECEITAS CORRENTES	65.040,99	699.714,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	65.040,99	676.111,58
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS		23.602,58
RECEITA C/VENDA DE MATERIAIS		
RECEITAS PATRIMONIAIS	9.709,02	96.859,02
RECEITAS FINANCEIRAS	9.659,02	96.189,02
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	50,00	470,00
OUTRAS RECEITAS	430,31	13.025,48
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	327,31	7.676,48
OUTRAS RECEITAS	103,00	5.349,00
DESPESAS	60.010,35	754.306,18
DESPESAS CORRENTES	60.010,35	754.306,18
DESPESAS COM CUSTEIO	17.425,59	250.560,82
DESPESAS COM PESSOAL	7.185,06	120.740,88
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	6.060,95	60.176,50
DESPESAS DE EXPEDIENTE	2.165,07	18.624,54
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ÔNUS DIVERSOS	760,31	21.538,66
DESPESAS LEGAIS		13,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	1.227,74	9.484,45
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	21,45	1.868,25
ENCARGOS FINANCEIROS	5,01	253,30
DESPESAS DIVERSAS DE CUSTEIO		17.861,24
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	25.198,76	322.708,36
DESPESAS COM PESSOAL	8.950,76	111.733,62
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	399,48	8.854,42
DESPESAS COM VIAGENS	7.101,42	81.574,55
DESPESAS COM ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS	150,00	5.874,43
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	3.224,54	43.663,10
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	5.372,56	65.739,24
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS		5.469,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.386,00	181.037,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	14.160,00	147.498,00
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	3.226,00	33.539,00
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	15.169,97	55.092,48
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	55.092,48	55.092,48

A black and white photograph of a man in a suit and hat, with his arms crossed, standing against a textured, mottled background. The image is framed by a dark, irregular border. The man is wearing a dark suit jacket over a light-colored shirt and a dark tie. He is also wearing a dark hat. The background is a mottled, textured surface, possibly a wall or a backdrop. The overall tone is somber and formal.

Numa manhã, coberta de nuvens escuras, vivi algo estranho. Munido de capa e guarda-chuva, saí cedo a fim de comprar ingressos para o concerto da noite. Entrei na fila. Do ponto onde me encontrava, ouvia os irritantes roncões dos carros da rua e enxergava, em frente, a multidão na sala de espera do teatro. Essas pessoas portavam crachás na lapela, pastas às mãos. A distância não me permitia identificar o que faziam e sobre o que tratava a convenção. De repente, os ruídos dos carros começaram a ficar abafados, distantes, dominados por uma cortina de silêncio, que brotava da aglomeração. Hipnotizado, logo me vi caminhando ao encontro daquela gente. Quanto mais próximo, mais o silêncio crescia. Fui me aproximando. E quando despertei, no meio da multidão, pude enxergar que eram os sorrisos, os gestos de mãos que semeavam o prazeroso silêncio. Foi então que me senti, er social. Podia viver, feliz, no meio de companhia de surdos-mudos.

Adverso ←



O enigma chamado Universidade Pública

O discurso é sabido por todos: a universidade pública é perdulária, obsoleta e improdutiva. O quadro de pessoal destas instituições é formado por gente preguiçosa e incompetente. Ao mesmo tempo, a universidade pública é bombardeada com acusações de que seja elitista por abrigar estudantes oriundos da elite econômica. E o impasse torna-se inevitável: se a universidade pública é tão ruim, por que justamente os que podem escolher o melhor ensino apressam-se em ocupar o maior número de vagas nestas ilhas de atraso? A professora de filosofia da USP Marilena Chauí aponta nesse dilema uma das falhas da estratégia do governo para enquadrar as instituições às decantadas "leis do mercado". Se isso ocorrer, denuncia Chauí, as universidades serão de tudo um pouco, menos universidades.

Silvânio Mariani

universidade privadas. Depois veio a idéia que a universidade precisa responder às demandas da sociedade, ela tem que apresentar resultados formando mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho.

Adverso - É aí que começa o período da avaliação...

Chauí - Exatamente, e aí a coisa estava referida à cobrança ideológica do direito da universidade existir através de índices de produtividade como o número de artigos publicados, número de congressos, número de livros que você participou, número de conferências que você fez. Depois veio a noção de que a universidade deveria estar organizada tal como uma organização, pensada para funcionar com espírito empresarial para vender sua produção ao mercado. Ela passa a se pensar como uma unidade isolada, autônoma que se volta para si mesma. Ela tem como horizonte a si mesma, o seu funcionamento interno e a sua gestão. É a universidade inteiramente mergulhada em si mesma, sem destino, sem futuro, sem nenhum objetivo.

"Pela primeira vez, a força produtiva não é o trabalho, mas o conhecimento"

Adverso - E qual é o resultado disso tudo no corpo discente?

Chauí - Os estudantes encaram a universidade como um instrumento para a entrada num mercado seja lá qual for esse mercado. Quando você narra para os alunos que as universidades européias, depois da revolução francesa, nasceram para garantir a autonomia do saber contra o poder da igreja e do Estado, e você diz que durante a ditadura a universidade se pensava como um lugar de resistência e após a ditadura ela se inseriu a um processo de democratização, eles ficam completamente boquiabertos. Porque eles não conhecem a história anterior e pensam que a universidade foi criada para atender a um mercado. Aliás, um mercado que é uma abstração! Tudo isso cria uma crise para a universidade.

Adverso - E o famoso "corporativismo universitário"?

Chauí - Eu sou muito reticente com relação a essa idéia. Você pode ter bolsões que estão defendendo os seus privilégios e portanto funcionam como uma corporação. Mas se você generaliza, coloca todas as formas de ação e intervenção que a universidade realiza

sob a pecha pejorativa de corporativismo. É preciso usar de um enorme cuidado com isso e começar a lembrar quem começou a falar no corporativismo da universidade. E quem começou? A Eunice Durhan, José Gianotti, o PSDB e a Folha de São Paulo, por exemplo. Sou cautelosa sobretudo porque costumo ver corporativismo onde justamente os que criaram o termo não vêem. É naquilo que se chama de alto clero, que estão lá realmente para conservar os seus privilégios. Eles sim são o sentido clássico da corporação! Só que aparecem como modernos, competentes, eficazes. É uma cortina de fumaça que te impede de ver onde a corporação está funcionando. E ela está funcionando nas cúpulas das universidades, e não no chamado baixo clero.

Adverso - A "República dos professores" decepcionou?

Chauí - Eu vou responder em duas etapas. A primeira etapa é o "esquece o que escrevi" e a segunda é a lógica da política. Não é preciso esquecer o que eles escreveram, é preciso ler com cuidado porque estão fazendo agora o que já estava escrito. O fato de estarmos todos juntos numa luta contra a ditadura fez com que em instante nenhum as verdadeiras diferenças teóricas e políticas fossem discutidas. Partia-se do princípio de que era preciso a unidade acima de tudo e que as nossas diferenças discutiríamos depois. Eu costumo dizer e repetirei isso até o fim dos meus dias, que se você ler a tese do FHC sobre a escravidão, vai encontrar tudo, menos o escravo. Ele é apenas um objeto passivo que está lá mas não existe enquanto sujeito de uma ação, não é um sujeito social e histórico. Na teoria da dependência dele, você tem o capital estrangeiro, o capital internacional e o Estado mas você não tem a sociedade, nem as classes populares e muito menos a classe trabalhadora. Não mudou nada, a visão excludente estava lá desde o começo! Ela não é nova e isso você poderia fazer com os escritos de cada um deles. É preciso ler com cuidado maior para ver que eles não traíram a si mesmos. Agora, eu não acho adequada a expressão "República dos professores" ou a "República dos intelectuais". No instante que você entra para o campo do poder do Estado e da administração pública, a lógica do poder e a lógica da função pública, impedem uma lógica do pensamento. O que eu costumo dizer é que não são mais professores ou intelectuais na política. São políticos que outrora foram professores e intelectuais.

Adverso - Essa visão não os desresponsabiliza?

Chauí - Não, porque eles têm responsabilidades políticas e não teóricas. Não cobro deles coerência na produção teórica, cobro deles é responsabilidade política, coerência política. É nesse campo da política que deve ser feita a cobrança.



Chauí: governo construiu imagem contraditória da universidade

ADverso - A universidade pública brasileira é elitista?

Marilena Chauí - Essa é a imagem que o governo construiu e os meios de comunicação compraram e divulgam. Afirma-se que a instituição é improdutiva, incompetente, que há desperdício e que as instituições são um ralo por onde os recursos públicos se esvaem, que os salários dos professores e dos funcionários são de marajás, que eles não trabalham e por aí vai. Enfim, as universidades têm estruturas arcaicas, obsoletas, improdutivas e conservadas por um corpo de funcionários públicos igualmente obsoletos, arcaicos, improdutivos e corporativistas. A outra imagem é inexplicável se você levar em conta a primeira. É dito que as universidades públicas fazem grandes exigências para os vestibulares e para os cursos, que as grandes escolas trabalham em tempo integral, exigem conhecimento de línguas estrangeiras, exigem aquisição de livros, isso e aquilo. Então, elas têm um nível de exigência que só a elite econômica pode alcançar e portanto o que se tem é uma universidade elitista e injusta do ponto de vista dos alunos. Ora, é muito estranho que se tenha a imagem de instituição obsoleta e incompetente e que a alta classe média e a alta burguesia queiram freqüentar essa universidade. Se analisada, essa imagem não se sustenta. Porque ela afirma de um lado ausência da qualidade e de outro lado a altíssima qualidade que só a elite pode alcançar.

Adverso - Mas a estatística não mostra que boa parte, quando não a maioria, dos estudantes das universidades públicas é proveniente da elite econômica?

Chauí - Sim, mas isso acontece porque a escola pública de Ensino Médio foi destroçada. O governo criou todos os obstáculos para um acesso popular e democrático para a universidade pública. É uma falácia dizer que ela é elitista, que é a universidade que está estruturada só para receber esse tipo de aluno quando na verdade o Estado produziu essa condição e não se responsabiliza pelo que ele fez.

Adverso - Em resumo, a senhora sustenta que a crise da universidade pública foi criada intencionalmente?

Chauí - Para se entender isso é necessário ter em conta as quatro grandes etapas de transformação da universidade desde a ditadura. A primeira é quando a ditadura decide compensar a classe média pela falta de poder político com a promessa de realização do sonho de ascensão social, que se daria através da universidade. Então, ela massifica a universidade, primeiro com as universidades públicas e estimula a criação das